

# The "pejotization" as a precariousness of the employment relationship and its improper use by the Public Administration in the provision of health services

---

 [rdai.com.br /index.php/rdai/article/view/391](https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/391)

## authors

---

Rita Tourinho Federal University of Bahia (Salvador, Bahia, Brazil)

## IT HURTS:

---

<https://doi.org/10.48143/rdai.18.rt>



## Key words:

---

Flexibility of employment relationships, hiring health professionals as a legal entity, fraud, Public Administration, illegality

## Summary

---

In recent decades, the capitalist system has introduced new technologies that influence all fields of human relations, including labor relations. In addition, the worsening economic crisis, influenced last year by the COVID-19 pandemic, increased the unemployment rate, contributing to the precariousness of employment relationships. From this perspective, "pejotization" emerges, characterized by the hiring of subordinate workers as company partners, aiming to mask an employment relationship. This article aims to present the irregularities contained in this employment relationship, as well as its consequences, with an incisive approach to the situation of health professionals. Thus, the problem is faced from the perspective of administrative-constitutional relations, held by public entities that adopt such a model.

## Author's biography

---

### Rita Tourinho, Federal University of Bahia (Salvador, Bahia, Brazil)

---

Doctoral student in Law at PPGD at UFBA - Federal University of Bahia (Salvador, Bahia, Brazil), where she teaches as a professor in the Kurdish of Law. Master in Public Law from the Federal University of Pernambuco, Coordinator of the Public Prosecutor's Office for the Defense of Administrative Morality and Public Property of the State of Bahia. E-mail: [ritaatourinho@gmail.com](mailto:ritaatourinho@gmail.com) /  [0000-0002-0682-601X](https://orcid.org/0000-0002-0682-601X)

## References

---

- ABILIO, Ludmila Costhek. No make up. São Paulo: Boitempo, 214.
- FLAG DE MELLO, Celso Antônio. Administrative Law Course. Malheiros: São Paulo, 2016. p. 290.
- BASTOS, Celso Ribeiro. MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil: arts. 37 a 43. São Paulo: Saraiva, 1993, Tomo 3.
- BERNARDO, João. Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004
- BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. [https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/03\\_Betti\\_2017.pdf](https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/03_Betti_2017.pdf).
- CAMARGO NETO, Rubens Bordinhão. Terceirização ilícita e atuação do Ministério Público do Trabalho em face da “reforma” trabalhista. Brasília: Boletim Científico ESMPU, n. 53, jan./jun. 2019
- CANOTILHO. J.J Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. Coimbra: Almedina, 2001.
- DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2016..
- GOMEZ, Carlos Minayo. Precarização do Trabalho e Desproteção Social: desafios para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva, São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 1999.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, MOTTA, Fabrício, FERRAZ, Luciano do Araújo. Servidores públicos na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 2011.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.
- HEINEN, Juliano. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/21. Salvador: JusPodivm, 2021.
- MÂNICA, Fernando Borges. O Setor Privado nos Serviços Públicos de Saúde. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Concessão de serviço público sem ônus para o usuário. WAGNER, Júnior. Direito Público: estudos em homenagem ao professor Adilson Abreu Dallari. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 213.

MODESTO, Paulo. Reforma do Estado, forma de prestação de serviços ao público e parcerias público-privadas: demarcando as fronteiras dos conceitos de “serviço público”, “serviços de relevância pública” e “serviços de relevância pública” e “serviços de exploração econômica” para as parcerias público-privadas. Parcerias Público-Privadas. SUNDFELD, Carlos Ari (Org.), São Paulo: Malheiros, 2001.

PORTO, Lorena Vasconcelos, VIEIRA, Paulo Juarês. A Pejotização na Reforma Trabalhista e Violação às Normas Internacionais de Proteção ao Trabalho. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Curitiba: JusLaboris, jul/2019. <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/162073>, Acesso em 24.04.2021, às 19:30 horas.

ROCHA, Cármem Lúcia Antunes. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Del Rey: Belo Horizonte, 1994.

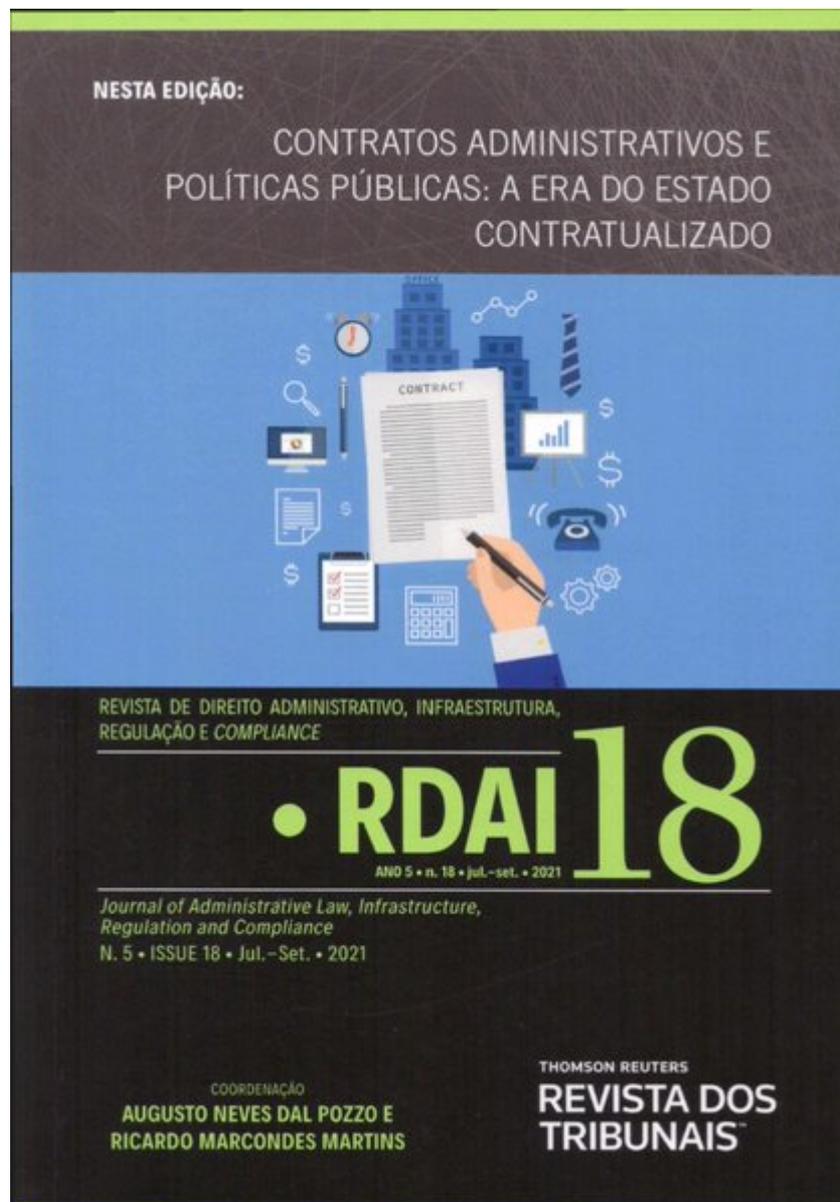
RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. Trad. Wagner Giglio. São Paulo: LTr, 2000.

ROMITA, Arion Sayão. A crise do critério da subordinação jurídica: necessidade de proteção a trabalhadores autônomos subordinados. Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, ano 31, n. 117 jan./mar. 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

STANDING, Guy. O Precariado e a Luta de Classes. Revista Crítica de Ciências Sociais, (Trad. João Paulo Moreira). Coimbra: Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, 2014, n. 103. <http://journals.openedition.org/rccs/5521> Acesso em 17/04/2021.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. São Paulo: Malheiros. 2003.



## Downloads

---

[Artigo PDF](#)

## Publicado

---

2021-08-15

## Como Citar

---

TOURINHO, R. A “pejotização” como precarização do vínculo trabalhista e sua indevida utilização pela Administração Pública na prestação dos serviços de saúde: The “legal-personalization” as a precarization of employer relationship and its improper use by Public Administration in health servisse provision. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 5, n. 18, p. 71–96, 2021. DOI: 10.48143/rdai.18.rt



. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/391>. Acesso em: 16 out. 2021.

## Edição

---

v. 5 n. 18 (2021)

## Seção

---

Direito Administrativo: Intervenção do Estado na Ordem Social

## Licença

---

 [Creative Commons License](#)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#) .

([CC BY-NC-ND](#)).

This is a summary (not a substitute) of the [license](#)

[Publication](#)

[Rules Editorial Guidelines](#)

[Rights and Duties](#)

[Erratum and Disclaimer](#)

[Preservation and Plagiarism](#)

[Review and Evaluation](#)